



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
Povo Forte. União que Move!



Lei nº 968, de 05 de fevereiro de 2026

Autoria: Poder Executivo Municipal Gestão 2025 a 2028

“Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIUM, ESTADO DO TOCANTINS, FERNANDO BELARMINO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Pium, através do Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a contratação temporária de pessoal para atuarem no serviço público municipal, visando atender à necessidade temporária de excepcional, em conformidade como o que dispõe o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, conforme relação de servidores constante no Quadro Geral dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Pium com a unificação das Leis Municipais de cargos de provimento efetivo, contratos e em comissão, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal Direta, da Prefeitura de Pium/TO, para atender necessidade de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º - Os servidores contratados pelo regime desta lei, submeter-se-ão, ao regime do direito público, derogatório e exorbitante de direito privado, sendo admitidos para exercerem funções e cargos existentes na estrutura de pessoal do Município, observando o seguinte:

- I. Inexistência de vínculo empregatício ou estatutário com a Administração pública municipal;
- II. Inexistência de estabilidade de qualquer tipo, dos contratados;
- III. Sujeição absoluta dos contratos aos termos desta Lei, do contrato e das normas pela administração;
- IV. Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sempre que se configurar desnecessária a continuação dos serviços, ou por cometimento de faltas disciplinares, sem direito a quaisquer indenizações, sendo assegurado aos contratados os direitos previstos no Art. 3º desta lei;
- V. Possibilidade de remanejamento de área, de acordo com a necessidade do Poder Público Municipal, haja vista o carácter temporário da contratação, o que não a torna direta e específica;

Art. 3º - São direitos dos contratados temporariamente sob a égide desta Lei:

- I. Perceber da remuneração ajustada, não inferior a mínimo legal;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM
CNPJ: 01.189.497/0001-09
Povo Forte. União que Move!



- II. 13^a (décima terceira) remuneração integral ou proporcional ao termo do contrato;
- III. Férias e adicional de férias proporcionais ao tempo do contrato;

Parágrafo Único – Os servidores temporários terão descontados de sua remuneração a contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (INSS), e para o Imposto de Renda retido na Fonte (IRPF), se cabível;

Art. 4º - Os contratados no regime desta lei, não poderão;

- I. Receber funções, atribuições ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II. Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- III. Faltar ao serviço, sem motivo justificado, sob pena de desconto na remuneração, da quantia equivalente aos dias faltados;

Parágrafo Único – A inobservância do disposto nos incisos I e II deste artigo, implicará na rescisão automática do contrato.

Art. 5º - O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos termos desta lei, será contado para fins previdenciários.

Art. 6º - Para remuneração das contratações autorizadas por esta Lei, serão utilizados recursos próprios ou de convênios, as quais correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2025, e com vigência até 31 de dezembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pium - TO, aos 05 dias do mês de fevereiro de 2026.

FERNANDO BELARMINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Pium

PUBLICADO
32/02/2026